

Por que construir uma área de estudos internacionais em gestão/administração?

Ana Lucia Guedes

Alexandre Faria

INTRODUÇÃO

O campo da gestão de uma forma geral, e a área de gestão internacional (GI) em particular, têm sido deficientes para problematizar a crescente importância política das grandes corporações no contexto da globalização neoliberal. Primeiro, a área GI se apresenta como "internacional", mas é essencialmente nacional ou regional – i.e., governada em termos de produção e disseminação de conhecimento pelos Estados Unidos da América (EUA) e secundada pela Europa – portanto, é reprodutora de uma ordem mundial que contraria ou marginaliza interesses nacionais ou regionais denominados na literatura crítica latino-americana como "resto do mundo" (MIGNOLO, 2007, p. 493; TICKNER, 2013, p. 628).

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 2 | N. 3 | ABRIL | 2015 | ISSN: 2358-6311



Segundo, observa-se a ausência da dimensão (geo)política e de governança internacional na literatura de GI apesar da importância de ambas as dimensões nas práticas internacionais de gestão e de negócios de empresas e governos (GUEDES; FARIA, 2010). A literatura de GI dá especial ênfase a questões (inter)culturais que afetam a internacionalização de empresas a partir da perspectiva dos EUA. Entretanto, trata as diferenças entre culturas nacionais por meio de uma perspectiva mercado-cêntrica e gerencialista que mantém invisível as influências da cultura e das práticas dos EUA (JACK; CALÁS; NKOMO; PELTONEN, 2008), como única superpotência hegemônica no contexto da globalização neoliberal, e de grandes corporações e instituições transnacionais nos âmbitos de governança internacional e de "global policies" (WADE, 2003; GILPIN, 2001). Terceiro, a literatura de GI, com foco constitutivo na firma privada, ajuda a manter invisíveis organizações governamentais, instituições privadas e mecanismos de governança no âmbito do desenvolvimento internacional (DAR; COOKE, 2008; COOKE, 2004) que explicam a ausência de estudos internacionais em gestão focados nas práticas internacionais destes outros atores e o domínio estadunidense em Gestão/Administração (IBARRA-COLADO, 2006) e GI (JACK *et al.*, 2008).

Cabe destacar que estudos internacionais é um vasto campo focado não apenas na análise de relações internacionais, mas também em questões políticas,

econômicas, sociais, ambientais, geográficas, epistêmicas etc. que se estendem através de fronteiras nacionais. O campo de estudos internacionais é inerentemente interdisciplinar, contemplando um amplo leque de disciplinas acadêmicas, tais como antropologia, direito, história, geografia, economia, ciência política, sociologia, desenvolvimento, direitos humanos, religião, conhecimento, ciência e tecnologia, etc. Apesar de sua amplitude, a própria literatura de estudos internacionais ressalta que este campo tem sido liderado pelas grandes potências (em especial pelo Ocidente) (ver TICKNER, 2013; GUEDES; FARIA, 2010; WESTWOOD; JACK, 2008; SKLAIR, 2001; GILPIN, 2001).

Por meio da mobilização de mecanismos de governança internacional que permanecem invisíveis no mundo euro-americano e são cada vez mais óbvios sob a perspectiva de países ou regiões em desenvolvimento (WADE, 2003), grandes corporações do mundo euro-americano têm construído um crescente nível de poder para influenciar não apenas governos nacionais, agências de desenvolvimento internacional, e empresas públicas e privadas em diversas regiões do mundo (SKLAIR, 1998; STRANGE, 1994), mas também o conhecimento acadêmico em Gestão/Administração (CLEGG; IBARRA-COLADO; BUENO-RODRIGUES, 1999).

Esse estado de deficiência de GI reproduz e reforça o quadro de subordinação do campo da gestão à globalização neoliberal (CLEGG; CARTER, 2007), a mecanismos de *Realpolitik* da Guerra Fria (COOKE, 2004), e a princípios colonialistas da modernidade eurocêntrica (IBARRA-COLADO, 2006). Essa defasagem é em grande parte explicada pela ascensão de discursos mercado-cêntricos no pós-Guerra Fria e por processos correspondentes de imposição da ordem neoliberal por estados e corporações transnacionais de países desenvolvidos. Isso ajuda a explicar a debilidade da área de GI para lidar com a crescente importância e visibilidade das dimensões de governança da “gestão internacional” devido às seguidas crises da ordem neoliberal ocidental e ascensão das economias emergentes (FARIA, IBARRA-COLADO; GUEDES, 2010).

Tendo em vista a urgência na busca de alternativas para as seguidas crises da globalização neoliberal (CROUCH, 2011; STIGLITZ, 2002) e para a crise da ordem euro-americana em gestão (MURPHY; ZHU, 2012), acadêmicos e profissionais no Brasil devem desafiar tais deficiências em GI (inclusive no que se refere a sua institucionalização nos programas e associações de Administração no Brasil, ver GUEDES; FARIA, 2013), por meio de desenvolvimentos interdisciplinares, especialmente com as áreas de RI e EPI, que tragam à tona a dimensão da governança internacional. Mais especificamente, devemos criar condições para a construção de estudos internacionais em Gestão/Administração no Brasil e na

América Latina como um âmbito de pesquisa e ensino tão importante quanto às demais áreas da Gestão/Administração, tais como estudos organizacionais e estudos em estratégia, e também nas áreas de RI e EPI no que tange a Gestão/Administração internacional de governos, organizações governamentais e não-governamentais, e empresas estatais e privadas.

Inspirados por transformações do campo de estudos internacionais que vêm ocorrendo no contexto pós-Guerra Fria (TICKNER; BLANEY, 2012; TICKNER; WAEVER, 2009), argumentamos que tais desenvolvimentos acadêmicos a partir dos países e regiões denominados de "resto do mundo" (MIGNOLO, 2008 p. 247) são necessários para a construção de uma ordem internacional multipolar. Este demanda um campo pluriversal de gestão internacional em que diversos conhecimentos e "mundos possam co-existir" (MIGNOLO, 2007, p. 463). A perspectiva delineada neste ensaio, a partir de um país da América Latina, se engaja com os argumentos enunciados no debate acadêmico no mundo euro-americano de que GI "deveria ser o mais eclético de todos os campos" da área de gestão (CONTRACTOR, 2000, p. 7) e com a afirmação de que o campo de GI em si é uma instituição histórica e socialmente estabelecida (BODDEWYN; TOYNE; MARTÍNEZ, 2004), portanto, cabe rever escopo e desdobramentos teóricos.

Literatura recente aponta que a área de GI continua “firmemente enraizada no positivismo funcionalista tradicional, com pouca reflexividade crítica em relação aos antecedentes e conseqüências desse quadro epistemológico” (JACK *et al.*, 2008, p. 5) e que isso ajuda a explicar por que continuamos longe de um campo de gestão pluriversal (JACK; ZHU; BARNEY; BRANNEN; PRICHARD; SINGH; WHETTEN, , 2012). Essa perspectiva em GI é explicada pela ascensão da globalização neoliberal, apresentada pelas instituições transnacionais do mundo euro-americano como uma ordem mundial definitiva e sem alternativa. Esta vem sendo desafiada não apenas pelas seguidas crises da ordem liberal e ascensão das economias emergentes, mas também por processos de descolonização liderados pelo campo de estudos internacionais em busca de um mundo multipolar (ver TICKNER, 2003a; 2003b; ALKER, 1992). Não diferente do que se observa no campo da Gestão/Administração, GI continua sendo uma disciplina paroquial e colonizadora, que se move “livremente” como se fosse universal/neutra por ser dominada, em termos de produção e disseminação de conhecimento, pelos EUA e Europa e cada vez mais distante da possibilidade de promover entendimentos, explicações e transformações importantes nas práticas de gestão internacional de múltiplos atores.

Neste ensaio argumentamos que acadêmicos de economias emergentes (pelo poder econômico, político, cultural, social e ambiental que representam na ordem

internacional contemporânea) e de países da América Latina (pelas contribuições em estudos críticos em Gestão/Administração) devem assumir a responsabilidade de promover a construção de uma área de GI que seja efetivamente “internacional”, no sentido da multipolaridade mundial e da pluriversalidade epistêmica (MIGNOLO, 2011). Em outras palavras, acadêmicos de GI baseados em economias emergentes têm se dedicado a lidar com questões “culturais” de seus países sem uma perspectiva de geopolítica do conhecimento (e.g., TANURE, 2007), de acordo com a divisão hierárquica de responsabilidades estabelecida pela modernidade eurocêntrica e por instituições euro-americanas de governança do conhecimento acadêmico. Este quadro viabiliza não apenas a difusão em escala global de uma área de GI que é governada por teorizações desenvolvidas pelo mundo euro-americano, mas também as seguidas crises da ordem neoliberal ocidental. É necessário e oportuno que acadêmicos de Gestão/Administração assumam responsabilidades em GI que vêm sendo negadas até então pelo euro-americanismo.

Argumentamos que o campo da “gestão internacional” é importante demais para ser reduzido a uma versão euro-americana. Economias emergentes devem promover a construção de uma área de gestão que fomente a construção de uma ordem internacional multipolar. Como uma modesta contribuição para um projeto de tamanha importância, este ensaio objetiva mostrar a importância de

desenvolvimentos interdisciplinares com RI e EPI para a construção de um campo de GI que engaje a dimensão de governança internacional em suas diferentes faces. O encontro com RI é necessário por ser este um campo tradicionalmente focado em Estados, nas relações inter-estatais e no sistema internacional; EPI por sua vez tradicionalmente foca nas interfaces entre Estados, mercados ou governos e empresas transnacionais. Esses campos ajudam a desafiar a perspectiva mercado-cêntrica de GI. Como pertencentes ao campo de estudos internacionais, ambos permitem irmos além de uma área euro-americana de GI. Cabe destacar que, além de ignorar questões de governança internacional (i.e., acordos de cooperação, de investimentos, de transferência de políticas, de regulação do comércio internacional, etc.), a literatura de GI despreza conhecimentos e práticas de “gestão internacional” produzidos na América Latina por governos (GUEDES; WANDERLEY, FARIA, 2013), organizações internacionais/regionais (VENTURA, D; MIOLA, 2009), organizações sociais (QUIJANO, 2012) e a administração pública (COOKE, 2004) que tanto resistem quanto desenvolvem alternativas à globalização e à ordem neoliberal ocidental (SADER, 2009; MIGNOLO, 2011).

Este ensaio está dividido em mais três seções. Na segunda, fornecemos uma análise contextualizada de GI sob a perspectiva de uma economia emergente, com evidente liderança política e de rupturas epistemológicas, da América

Latina. Na terceira, enfatizamos a importância dos desenvolvimentos interdisciplinares entre os campos de GI, RI e EPI para a construção de uma perspectiva em GI que desafia a universalidade euro-americana. Na última, mostramos que esta perspectiva é relevante também para a construção de uma ordem multipolar por meio de transformações da administração pública.

UMA CONTEXTUALIZAÇÃO INTERNACIONAL DA GESTÃO INTERNACIONAL

Assim como se observa no campo de gestão, a área de GI tem sido debatida e reconstruída nos EUA e Europa (GUEDES; FARIA, 2013). No entanto, sob uma perspectiva teórica enunciada em uma economia emergente na América Latina, que combina RI, EPI e geopolítica do conhecimento, a área de GI apresenta três grandes problemas que vêm sendo ignorados pelos debates e pela literatura: (a) a absoluta dominância dos EUA, a única super-potência no pós-Guerra Fria com inigualável poderio militar e acadêmico, que continua se apresentando como democracia capitalista “mais conservadora e mais voltada para negócios” (VOGEL, 1983, p. 25) e mantendo invisível a representação de “novo império” (HURRELL, 2006), “potência imperial” (TONNESSON, 2004) ou “império da liberdade” (GOURGOURIS, 2013) e práticas correspondentes; (b) a negligência de questões de política e de geopolítica relativas à criação e governança de mercados, empresas e conhecimento acadêmico, tanto em nível nacional como internacional, que ajudam a explicar a ausência de estudos internacionais (focados em governos,

organizações governamentais e não-governamentais, etc.) no campo de gestão e que são de central importância para economias emergentes e para a superação das seguidas crises da ordem neoliberal ocidental (PIETERSE, 2011) (c) a rejeição sistemática à crítica (JACK *et al.*, 2008) e à incorporação de acadêmicos e instituições acadêmicas do "resto do mundo" (MIGNOLO, 2007, p. 493; TICKNER, 2013, p. 628) devido a mecanismos geo-epistêmicos e racialistas que são mantidos invisíveis não somente pela área de GI e o campo da gestão (IBARRA-COLADO, 2006), mas pela própria modernidade eurocêntrica (QUIJANO, 2007).

Acadêmicos estadunidenses (ver BODDEWYN, 1999; CONTRACTOR, 2000; BODDEWYN; TOYNE; MARTÍNEZ 2004; KEDIA, 2006) preocupados com os desdobramentos da globalização, sob uma perspectiva universalista, colonialista e gerencialista, argumentam que GI requer maior comprometimento de pesquisadores com a "diversidade cultural" e também uma definição mais criteriosa de suas fronteiras, especialmente em relação à área de negócios internacionais (NI). Cabe notar que não há menção aos demais âmbitos de estudos internacionais (como RI e EPI). A preocupação central é viabilizar a universalidade que o campo da gestão construiu nos EUA desde meados do século passado por meio do reconhecimento de diferenças nacionais sob a perspectiva dominante ao invés de problematizar a dimensão "internacional" da gestão – como campo de conhecimento e de práticas (GUEDES; FARIA, 2010). Esses autores

argumentam que gestão internacional diz respeito a diferenças observadas entre diferentes países, a partir da perspectiva paroquial dos EUA. Conseqüentemente, continuam desconsiderando as condições e debates correspondentes que explicam a hegemonia estadunidense no campo da gestão (ALCADIPANI; BERTERO, 2012) e não somente na área de GI (JACK, *et al.*, 2008), mas também em diversas outras áreas “internacionais” do conhecimento acadêmico (como RI e EPI, ver TICKNER, 2003a; WAEVER, 1998).

Em outras palavras, esses autores continuam ignorando dimensões de governança internacional que explicam esse quadro de assimetria que vêm sendo desafiado pelos debates na área de RI no pós-Guerra Fria e que são cada vez mais importantes e salientes devido às seguidas crises da ordem neoliberal ocidental e ascensão das economias emergentes.

Tais questões têm sido centrais para os campos de RI e EPI, e pela escassa literatura de NI informada por EPI. A literatura, ainda que liderada pelos EUA e secundada pela Europa, ressalta que os relacionamentos políticos entre grandes corporações (especialmente de países desenvolvidos) e governos (de países em desenvolvimento) aumentaram em escala e nível de importância (ver DUNNING, 1998; RANGAN, 2000; RAMAMURTI, 2004; STOPFORD; STRANGE, 1991; STRANGE, 1994; VERNON, 1998; GROSSE, 2005), apesar dos discursos da globalização neoliberal e dos

diversos mecanismos de imposição de reformas mercado-cêntricas – elementos centrais do chamado “fundamentalismo de mercado” (STIGLITZ, 2002) – pelo Consenso de Washington no contexto pós-Guerra Fria.

Esta literatura argumenta que estruturas (i.e., segurança, crédito, conhecimento e produção, STRANGE, 1994) e mecanismos (Global Compact das Nações Unidas, política de transferência do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio, etc.) de governança internacional viabilizam práticas de gestão internacional e que governos de países desenvolvidos desempenham papel central nos mercados no contexto da globalização neoliberal (GILPIN, 2001; WALTER, 1998), não obstante a ascensão dos discursos mercado-cêntricos que mantiveram invisível o poder crescente do estado transnacional do mundo euro-americano (STRANGE, 1996). Finalmente, em consonância com iniciativas de descolonização de RI vindas da América Latina (ver, TICKNER; WAEVER, 2009), a literatura de EPI ressalta que teorias internacionais não são isentas de interesses nacionais específicos: “[...] uma teoria é sempre destinada a alguém, e para um propósito específico” (COX, 1981, p. 128), contrariando os discursos mercado-cêntricos em favor da globalização da ciência para romper barreiras entre centro e periferia em um mundo supostamente plano (FRIEDMAN, 2005).

Esses desenvolvimentos focados em diferentes dimensões (política, econômica, cultural, social e ambiental) de governança internacional que são negadas pela literatura de GI sugerem que, por exemplo, devemos construir condições para o desenvolvimento, legitimação e difusão de uma perspectiva latino-americana (GUEDES; FARIA, 2010) – reconhecendo que representar a diversidade dos mundos na região não é simples (IBARRA-COLADO, 2006; LIMA; HIRST, 2006), e que a própria ideia de América Latina é problemática sob um ponto de vista de geopolítica (MIGNOLO, 2008; FERES, 2005). Este ensaio argumenta que desenvolvimentos interdisciplinares com RI e EPI na (e a partir da) América Latina podem ajudar a tornar GI o mais eclético de todos os campos da gestão pelo reconhecimento das diferenças entre contextos dos países de operação das empresas multinacionais (CONTRACTOR, 2000, p. 7).

Tendo em vista a extraordinária importância dessas dimensões de governança que foram negadas pela área de GI, nosso principal objetivo é atenuar, ao invés de eliminar, as assimetrias entre centro e periferia ou entre Ocidente e "resto do mundo" (MIGNOLO, 2007, p. 493; TICKNER, 2013, p. 628). Nossa posição se alinha de forma particular a argumentos críticos no âmbito de GI, elaborados por pesquisadores de diferentes países (ver o número especial "Gestão Internacional: uma Crítica e Novas Diretrizes" do *Academy of Management Review*, JACK *et al.*, 2008). Tencionamos ir além dessas críticas, ao não teorizarmos GI sob uma perspectiva

universal. Ademais, objetivamos criar condições para que GI pluriversal (onde distintas realidades e perspectivas possam co-existir) promova um campo pluriversal de gestão que substitua o quadro de hegemonia euro-americana (ver MURPHY; ZHU, 2012).

Nossa defesa por tal desenvolvimento interdisciplinar de uma perspectiva latino-americana é baseada em dois fatos adicionais. O primeiro é que enquanto RI e EPI reconhecem a teoria da dependência (ver HALLIDAY, 1994; NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 118) – uma importante contribuição teórica na (e a partir da) América Latina –, a área de GI simplesmente ignora. O segundo é que acadêmicos de RI e EPI tendem a ignorar a área de Gestão/Administração e vice-versa, em razão de mecanismos construídos nos EUA que separaram as áreas de gestão e de Ciência Política que foram magnificados pela ascensão dos discursos neoliberais e pelos processos de neoliberalização das universidades nos EUA. GI necessita de desenvolvimentos interdisciplinares com RI e EPI também por causa do extraordinário escopo e poder construídos pelo campo da gestão em décadas recentes. A teoria da dependência (e seus desdobramentos teóricos, SANTOS, 2011) é crucial para a compreensão da globalização neoliberal e suas seguidas crises. O quadro contemporâneo representa uma continuidade dos mecanismos de (geo)política e de governança internacional que moldaram essas áreas nos EUA no contexto da Guerra Fria (WESTWOOD; JACK, 2008). Os crescentes escopo e

alcance de GI, ao manter invisíveis mecanismos e estruturas de governança internacional, contribuem para bloquear desenvolvimentos interdisciplinares que promovam o entendimento e/ou explicação de uma ordem internacional multipolar. A seguir destacamos as contribuições dos debates em RI e EPI para área de GI.

MOVENDO GI EM DIREÇÃO A RI E EPI

Uma primeira contribuição de RI para GI diz respeito aos debates acerca do significado do termo “internacional”. Apesar de o termo ‘internacional’ ser oriundo de nacional, e de uma expansão de vínculos entre entidades, o processo tem sido em direção contrária: a história do sistema mundo moderno é tanto de internacionalização como de desmembramento dos fluxos preexistentes de povos, religiões e comércio em entidades separadas (HALLIDAY, 1994, p. 2). Os processos de colonização eurocêntrica que se iniciaram com a “descoberta” da América no final do século XV acompanham a história e geografia da América Latina e é particularmente útil para a compreensão de por que a globalização neoliberal se divide a globalização dos vencedores e as globalizações dos vencidos (SANTOS, 2006). Este quadro ficou ainda mais dramático a partir dos eventos de 11 de setembro de 2001 e a correspondente ascensão do unilateralismo dos EUA, secundado pela Europa. A política externa dos EUA se divide entre os que defendem a ascensão do unilateralismo (ou imperialismo) e aqueles que

reconhecem que esta alternativa não é mais viável devido ao inevitável avanço do terrorismo desde os diversos cantos do mundo em direção ao Ocidente. Este debate reproduz o debate em RI entre neorealismo e neoliberalismo nos EUA; este quadro explica tanto as iniciativas de descolonização de RI quanto por que a área de GI mantém invisíveis dimensões de governança internacional e as resistências à crítica e à “internacionalização” efetiva da área. A partir de 2008, em resposta à crise da ordem neoliberal ocidental, os círculos de poder nos EUA passaram a defender um posicionamento ainda mais efetivo do Ocidente em relação ao “resto do mundo” (MIGNOLO, 2007, p. 493; TICKNER, 2013, p. 628; VAN EVERA, 2008, p. 30).

Robert Cox (2007, p. 515), um proeminente autor de EPI, argumenta que durante muito tempo o sistema internacional foi considerado como equivalente a um sistema inter-estatal: “O estado era uma unidade básica, e as relações entre estados eram tudo aquilo que o termo ‘internacional’ significava”. Em resposta às disfunções trazidas pela globalização neoliberal e à ascensão do unilateralismo dos EUA o autor propõe outro significado para “internacional”. Ele relaciona o termo a processos complexos nos quais pessoas se auto-organizam não somente em nível local como também global. Segundo Cox, nesse mundo ideal, “cada um seria capaz de compreender como e por que os outros podem enxergar as coisas

de modo diferente e, a partir daí, se esforçar para chegar a um razoável consenso” (2007, p. 526).

Esse debate crucial acerca do significado do “internacional” vai muito além da definição dominante em GI (BODDEWYN, 1999; BODDEWYN; TOYNE; MARTÍNEZ, 2004) e é de central importância para a construção de uma área de GI que promova a substituição da universalidade euro-americana pela pluriversalidade. Embora não haja consenso em RI e EPI (ver KISSACK; KOIVISTO; WASTL, 2007), esses debates internos desafiam a preocupação do “internacional” em GI de viabilizar o cruzamento de fronteiras ou culturas por meio de um campo de gestão mais multicultural com base em uma perspectiva nacional enunciada pela superpotência hegemônica.

Uma segunda contribuição advém dos debates sobre a colonização de RI e EPI pela política externa estadunidense. Embora sejam teorias nacionais de RI, os conceitos e as abordagens correspondentes foram ‘vendidas’ durante a Guerra Fria como “universais”. Waeber (1998: 695) argumenta que o fato da política externa de um país influenciar o desenvolvimento de teorias de RI é “o elemento menos controverso da questão”. O principal problema é que nas teorias estadunidenses de RI, apesar de adotarem unidades analíticas distintas (i.e, estados, relações, regras ou empresas transnacionais), o liberalismo – “... uma

premissa compartilhada, de um racionalismo americano predominante” (WAEVER, 1998, p. 722) – tem sido adotado/imposto como premissa intransitiva. Mecanismos assimétricos de governança internacional (representados no institucionalismo liberal do pós-guerra) ajudam a explicar a difusão internacional de teorias estadunidenses e as iniciativas para descolonizar RI. Esses mesmos mecanismos explicam porque o contrário não ocorre. Todos os meios políticos e econômicos possíveis tem sido usados para contornar uma questão crucial no contexto pós-Guerra Fria: i.e., “[...] vender RI americanas para sociedades que não sejam extremamente liberalizadas tem sido cada vez mais difícil” (WAEVER, 1998, p. 722).

A constituição da União Européia no pós-Guerra Fria ajudou na ascensão da Europa em RI e atenuou o domínio estadunidense. A subordinação de pesquisadores e instituições estadunidenses a bagagens que ficaram invisibilizadas criou espaços para desenvolvimentos em RI na Alemanha, França e Grã-Bretanha (WAEVER, 1998). O domínio euro-americano enfrenta dificuldades. O profissionalismo incipiente na Europa e o paroquialismo excessivo nos EUA restringem o avanço do campo em direção a uma orientação pluriversal que romperia os cânones excessivamente locais que caracterizam uma área tida como “internacional” (WAEVER, 1998, p. 723).

Esses debates sobre o “internacional” em RI, que trazem à tona atores e dimensões de governança internacional que foram invisibilizadas também por GI, não alcançou as instituições acadêmicas de gestão. A construção de uma área de estudos internacionais em Gestão/Administração, com múltiplos atores e perspectivas, tal como já existe em sociologia, antropologia, geografia e outros, poderia ajudar a promover vozes e teorizações dissidentes ou marginalizadas (ver ASHLEY; WALKER, 1990). A questão crucial em RI, em um contexto de seguidas crises da ordem neoliberal ocidental e de ascensão das economias emergentes, passou a ser as regiões e países marginalizados (TICKNER; BLANEY, 2012; TICKNER; WAEVER, 2009), onde pesquisadores de RI ainda enfrentam dificuldades de acesso a instituições e editoras de periódicos acadêmicos nos EUA. Os autores deste ensaio argumentam que economias emergentes, especialmente na América Latina, devem assumir a responsabilidade de criar condições acadêmicas para que movimentos de pluriversalidade em curso em estudos internacionais ocorram também na área de GI.

A literatura de GI se apresenta como dedicada ao lado “internacional” da gestão, mas se subordina a políticas nacionais e externas da superpotência (envolvendo coalizões entre corporações transnacionais e o estado transnacional) e ignora debates cruciais que foram desenvolvidos por acadêmicos de RI e EPI no pós-Guerra Fria (BIELER; MORTON, 2008; BROWN, 2007; COX, 2007; 1998; ASHLEY;

WALKER, 1990). Uma primeira questão é o privilégio de certos atores e regiões no que diz respeito à teorização e às definições sobre o que é “internacional”, em detrimento de outros atores, regiões ou países (TICKNER, 2003a). As seguidas crises da ordem neoliberal ocidental e a ausência de estudos internacionais em gestão ajudam a explicar por que campos como RI e GI têm sido crescentemente descritos como estadunidenses ou “americanos” pela literatura de RI (WAEVER, 1998; TICKNER, 2003a; 2003b) e “etnocêntricos” pela de GI (BODDEWYN; TOYNE; MARTÍNEZ, 2004; ACEDO; CASILLAS, 2007) – em referência aos EUA e não ao continente americano. Uma segunda questão é até que ponto o domínio internacional pode ser considerado mais importante que o nacional. A “falsa” dicotomia interno/externo tem sido uma questão chave na literatura anglo-americana de RI (ROSENAU, 1997; HALLIDAY, 1994). Como um subcampo das ciências políticas, especialmente nos EUA em comparação ao Reino Unido (WAEVER, 1998), a representação do “internacional” como anárquico na perspectiva dominante de RI construída durante a Guerra Fria – i.e., a perspectiva neorrealista – foi de importância crucial para a construção e legitimação do campo de RI nos EUA. Esta representação conteve os ataques vindos do campo das ciências políticas nos EUA, mas provocou um divórcio disfuncional e ilusório entre “nacional” e “internacional”.

Como sub-área da gestão nos EUA o “internacional” de GI resulta da influência de questões de economia política nacionais e do neorrealismo sobre o campo da gestão durante a Guerra Fria que se observou no Terceiro Mundo (ver, ALCADIPANI; BERTERO, 2012) e nos EUA e Europa (KIESER, 2004). No contexto da globalização neoliberal, como ressaltado pela literatura focada em colonização e imperialismo na América Latina (ver, ESCOBAR, 2004; MIGNOLO, 2011), é correto afirmar que tais mecanismos de política interna e externa dos EUA continuam influenciando o campo da gestão apesar de serem mantidos invisíveis pela literatura publicada em periódicos *mainstream*. A definição de ‘gestão internacional’ liderada pelos EUA “continua sendo uma questão complicada” (BODDEWYN, 1999, p. 13), porque esta definição é de importância crucial para viabilizar a hegemonia euro-americana.

A influência do cenário político dos Estados Unidos e a abordagem dominante de RI sobre GI no contexto da Guerra Fria ilustram os atores e as dimensões de governança internacional no conhecimento acadêmico, e ajudam a explicar porque questões relacionadas à política nacional/interna são mantidas invisíveis por GI. Ao abraçar uma instância aparentemente apolítica, que ignora a importância do contexto nacional da superpotência sobre mais um campo “internacional”, a literatura de GI despreza os debates sobre a dominância anglo-americana em RI, assim como as iniciativas de descolonização de RI e estudos

internacionais (ASHLEY; WALKER, 1990; TICKNER, 2003a). Não surpreende, portanto, que o campo de GI ignore os debates críticos em relação à posição privilegiada de empresas multinacionais no sistema político dos EUA (VOGEL, 1983; SKLAIR, 1998). Conforme apontado por autores críticos de NI (LEVY, 2008; LEVY; PRAKASH, 2003), GI não reconhece as empresas multinacionais como atores políticos transnacionais (SKLAIR, 1995,1998) – para alguns, uma extensão do braço do Estado transnacional (ver PARMAR, 2012). A seguir problematizamos aspectos de governança internacional negligenciadas por GI e suas implicações para gestão e a administração pública.

MULTIPOLARIDADE E OS CAMPOS DA GESTÃO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A área de GI continua ignorando os debates cruciais de RI e de EPI sobre quem se beneficia, dentro de um contexto internacional assimétrico e de seguidas crises, do conhecimento acadêmico “internacional”. A área ignora um argumento central em estudos internacionais: i.e., teoria internacional “é sempre destinada a alguém, e visa a um propósito determinado” (COX, 1981, p. 128). A posição de isolamento extremo de GI em relação aos estudos internacionais em RI e EPI, reforçada pela ascensão do unilateralismo dos EUA após os eventos de 11 de setembro, ajuda a explicar as manifestações pós-colonialistas de autores que foram publicados pelo *mainstream* nos EUA (JACK *et al.*, 2008; JACK *et al.*, 2012). Apesar de GI abraçar uma perspectiva (aparentemente) apolítica de globalização

(BANERJEE; LINSTEAD, 2001), a qual tem afinidade com a tradição neoliberal de RI que foi construída nos EUA após a Guerra Fria para viabilizar a própria continuidade da tradição (neo)realista, a literatura de GI ignora até mesmo o principal debate em RI, isto é, (neo)realismo *versus* (neo)liberalismo (JACKSON; SORENSEN, 1999; HOLLIS; SMITH, 1991).

A ausência desses debates produzidos em estudos internacionais permite o posicionamento crescentemente autoritário de GI em relação ao "resto do mundo" (MIGNOLO, 2007, p. 493; TICKNER, 2013, p. 628). De acordo com Ashley e Walker (1990), o realismo político constitui mais do que um paradigma epistêmico ou sistema social; trata-se de um poderoso discurso que dá apoio ao exercício do poder e às regras dominantes no sistema internacional (JAMES, 2008). A influência do realismo político em diferentes campos do conhecimento, em especial nos EUA, ajuda a explicar o desprezo histórico da área de gestão por questões políticas e de geopolítica. De certa maneira, a supressão e a invisibilização da (geo-)política têm garantido a efetividade do campo da gestão para a política (externa) dos EUA e também da Europa. O foco em "universalização" ou "generalização" a partir de bagagens economicistas e positivistas que são aplicadas à firma unitária como objeto de análise no campo de gestão nos EUA impediu que pesquisadores de GI reconhecessem questões de governança internacional referentes tanto à "gestão internacional" em si, quanto à "gestão/governança" do campo da gestão sob uma

perspectiva de geopolítica do conhecimento . A ausência de uma área de estudos internacionais em gestão ajuda a explicar por que autores críticos do "resto do mundo" (MIGNOLO, 2007, p. 493; TICKNER, 2013, p. 628) promovem debates acerca de "gestão", "gestão internacional", e "gestão global" sob uma perspectiva de geopolítica do conhecimento (e.g., CLEGG; IBARRA-COLADO; BUENO-RODRIGUES, 1999; GUEDES; FARIA, 2010; FARIA *et al.*, 2010) enquanto as críticas publicadas no mundo euro-americano são informadas por pós-colonialismo (ver JACK *et al.*, 2008; JACK *et al.*, 2012).

O desenvolvimento e a difusão da representação da globalização como "mundo sem fronteiras" (SORENSEN, 2006), para o que muito contribuiu a área de GI, também informam este quadro. Os diversos debates produzidos em décadas recentes por RI e EPI, especialmente a partir de meados dos anos 1990 em resposta à inauguração do significado neoliberal de globalização como mundo sem fronteiras (HOLLIS; SMITH, 1991; STRANGE, 1992; 1994; 1996), contrastam fortemente com a inexistência de diálogo entre as diferentes disciplinas que constituem o campo mais amplo de estudos internacionais e a área de GI nos EUA. Esse quadro ajuda a explicar a ausência de problematização da importância de construção de uma área não-ocidentalista de GI para que as seguidas crises da ordem neoliberal ocidental e a ascensão das economias emergentes sejam teorizadas e investigadas adequadamente. Este quadro, por sua vez, explica por

que é oportuna e necessária a criação de uma área de estudos internacionais em Gestão/Administração no Brasil.

A representação "anárquica" do mercado global (como mercado sem controle, em que todos buscam construir uma posição de poder por meio de práticas e estratégias de "gestão" informadas por regras econômicas) disseminada pelo neoliberalismo reproduz e viabiliza a representação de "internacional" construída pela tradição neorealista em RI nos EUA (WAEVER, 1998). Frente às dificuldades específicas para a obtenção do reconhecimento acadêmico nos EUA na década de 1950, o campo de RI retratava o domínio "internacional" como anárquico; em outras palavras, reforçava a idéia de que o "internacional" poderia colocar em risco o domínio "nacional" e sugeria que o "nacional" não tinha interferência sobre o "internacional". Mais adiante, essa lógica teórica tornou-se conveniente para os processos de internacionalização seguidos pelos EUA após a Segunda Guerra. Segundo os (neo)realistas, com base no argumento de que o "internacional" é uma anarquia, a gestão do "internacional" se dá por meio do uso de poder militar e conflitos de guerra (GUZZINI, 2004); sob esta perspectiva, os fins costumam justificar os meios (SORENSEN, 2006). Também sob essa perspectiva, as grandes corporações e o mercado não têm nada a ver com as políticas externas informadas pelo (neo)realismo (STRANGE, 1991; SKLAIR, 1998; WALTER, 1998).

Na literatura de GI, mesmo após a ascensão do unilateralismo dos EUA, as grandes corporações e o mercado global continuam sendo descritos como desprovidos de vínculos com interesses nacionais ou com a política externa dos EUA. Essa representação apolítica de corporações e mercados é conveniente sob uma perspectiva neo-realista e particularmente preferida pelas forças neo-conservadoras; entretanto, ela impede a área de GI de abraçar o ressurgimento da economia política. Há mais de quarenta anos, quando a hegemonia dos EUA estava obviamente ameaçada, pesquisadores de EPI questionaram aberta e sistematicamente “as justificativas intelectuais para a divisão analítica rígida entre política e economia” (STRANGE, 1970, p. 309).

Segundo essa representação, a globalização e o mercado global demandariam consideráveis esforços e recursos para o fortalecimento da área de GI e para que o correspondente conhecimento alcançasse divulgação global. Assim os EUA mantiveram hegemonia nesse campo quando muitos podiam esperar que o “resto do mundo” (MIGNOLO, 2007, p. 493; TICKNER, 2013, p. 628) se opusesse a esse quadro de supremacia, como ocorreu em décadas recentes na área de RI em termos mais específicos, e no campo de estudos internacionais de forma mais geral (TICKNER; BLANEY, 2012; SANTOS, 2006). As influências políticas nacionais sobre a área de GI certamente aumentaram em décadas recentes, especialmente após os eventos de 11 de setembro de 2001 e a crise da ordem neoliberal ocidental

em 2008. Para desenvolver o campo de NI e manter o domínio dos EUA, por exemplo, fontes oficiais informam que o governo dos EUA elevou substancialmente os investimentos, em parceria com grandes corporações, organizações internacionais e instituições de ensino (DUNNING, 2001). Diante do poder extraordinário das corporações na era da globalização (COWLING; TOMLINSON, 2005; SKLAIR, 2002; GILPIN, 2001), do crescente impacto destas sobre vastas populações (LEVY, 2008; MORGAN, 2003), a área de GI também ganhou posição ainda mais central para grandes corporações, governos e outras instituições de governança (BODDEWYN; TOYNE; MARTÍNEZ, 2004).

Entre escândalos que marcam as crises seguidas da ordem neoliberal, a crise asiática de 1997, o imbróglio da Enron e os eventos de 11 de setembro desafiaram as bases do capitalismo global que informam e sustentam a área de GI. O escândalo da Enron gerou uma crise de confiança mundial, não apenas nas grandes corporações (CHILD, 2002; CLARK; DEMIRAG, 2002), mas também nas instituições acadêmicas de gestão (GHOSHAL; WESTNEY, 2005; GHOSHAL; MORAN, 1996). Esse quadro impulsionou debates em GI nos EUA focados em maior comprometimento da literatura com questões de diversidade cultural. Curiosamente, entretanto, os eventos de 11 de setembro e a ascensão do unilateralismo dos EUA não fizeram parte de tais desenvolvimentos “inter-culturais” (e.g., JACK *et al.*, 2008).

Tais eventos desafiaram obviamente a representação apolítica dominante da globalização como também a supremacia dos EUA em gestão. Aqueles episódios mostraram, diferente dos debates internos em RI e EPI, que GI havia encolhido a distância, na era da globalização, entre gestão e governo e, correspondentemente, entre corporações privadas e públicas e, também, entre conhecimento e política (SORENSEN, 2006; EL-OJEILI; HAYDEN, 2006; JENKINS, 2005; LANGLEY, 2000; LAWTON; ROSENAU; VERDUN, 2000; STRANGE, 1992). O preocupante descasamento entre realidade e conhecimento acadêmico “internacional” é ilustrado pelo clamor de pesquisadores de GI por ética e responsabilidade social (CONTRACTOR, 2000; KEDIA, 2006), em detrimento de questões de (geo)política em termos gerais e, mais especificamente, de relacionamento entre governo e empresas no sistema inter-estatal (JENKINS, 2005; DUNNING, 2005).

Não obstante a importância dos mecanismos históricos de governança para o estabelecimento e fortalecimento de GI, a literatura dominante e a literatura crítica não contemplaram satisfatoriamente a interação entre economia e política, nem a ascensão do poder (geo)político das corporações multinacionais – com raras exceções (tais como as citadas por LEVY 2008; LEVY; PRAKASH, 2003). Ambas as questões têm sido ressaltadas pelo vasto campo de estudos internacionais, em especial pelas literaturas de RI e EPI (STRANGE, 1991; GILPIN, 2001; COWLING; TOMLINSON, 2005). A debilidade de GI para lidar com, prever e

superar as seguidas crises da ordem neoliberal ocidental tem sérias implicações não somente para diversas regiões do "resto do mundo" (MIGNOLO, 2007, p. 493; TICKNER, 2013, p. 628), como a América Latina, mas para o próprio mundo euro-americano.

Assim como o campo da gestão, não é mais plausível que a área de GI aborde somente questões em nível de "gestão" e mantenha invisíveis as questões de governança, em especial aquelas relacionadas à governança (ou "gestão", sob uma perspectiva de geopolítica do conhecimento) da própria área. O argumento de que gestão é "[...] uma instituição histórica, sendo socialmente desenvolvida" (BODDEWYN; TOYNE; MARTÍNEZ, 2004, p. 205) tem sido mobilizado de forma apolítica para explicar porque questões de ordem internacional podem ser interpretados de forma diferente por agentes ou gestores distintos em diferentes países ou regiões. Este argumento, que reforça o tratamento de diferenças nacionais sob uma perspectiva *cross-cultural*, não suficiente para resolver a abordagem universal de gestão desenvolvida nos EUA e sua conversão automática para "gestão internacional" (BODDEWYN, 1999; MARTÍNEZ; TOYNE, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio argumentamos que acadêmicos e instituições da América Latina devem desafiar o domínio dos EUA na área de GI, por meio de desenvolvimentos interdisciplinares com RI e EPI e a criação de estudos internacionais em Gestão/Administração no Brasil. A perspectiva internacional delineada neste ensaio ajuda a criar condições para irmos além da abordagem euro-americana de GI e permitir que GI possa enfim ser “o mais eclético de todos os campos” da gestão (CONTRACTOR, 2000, p. 7) e superar as críticas de ser a mais refratária das sub-áreas da gestão ao propósito de construção de um mundo multipolar (JACK *et al.*, 2008, p. 871).

Sustentamos que GI se apresenta como “internacional” mas é governada, em termos de produção e disseminação de conhecimento, pelos EUA e pela Europa. Portanto, reproduz uma ordem mundial que marginaliza interesses nacionais ou regionais do “resto do mundo” (MIGNOLO, 2007, p. 493; TICKNER, 2013, p. 628). Em paralelo, destacamos a ausência da dimensão (geo)política e de governança internacional na literatura de GI apesar da importância de ambas nas práticas internacionais de gestão e de negócios de empresas e governos (GUEDES; FARIA, 2010). Por fim, enfatizamos que o foco constitutivo de GI na firma privada mantém invisíveis organizações governamentais, instituições privadas e mecanismos de

governança no âmbito do desenvolvimento internacional (DAR; COOKE, 2008; COOKE, 2004) que são muito importantes para o Brasil e para a região.

Conseqüentemente, o mercado-centrismo dominante em GI impede que pesquisadores reconheçam a central importância de grandes corporações que, segundo uma abordagem estado-cêntrica, é crucial para uma área de GI pluriversal e capaz de lidar com desafios contemporâneos sob uma perspectiva não-Eurocêntrica. A proposta delineada neste ensaio permite que GI reconheça que Estados e governos constituem um foco principal da dimensão internacional da gestão e que não é plausível uma área da "gestão" que mantenha invisíveis dimensões da governança internacional. A construção de um campo de estudos internacionais em Gestão/Administração (diferentemente de como as áreas de GI e NI foram institucionalizadas para reproduzir conhecimento *mainstream*) no Brasil pode permitir, por exemplo, o reconhecimento de que Estados e governos de economias emergentes (e de outros países menos desenvolvidos) devem fomentar a construção de um sub-campo de administração pública internacional ou de "governo" internacional.

Em outras palavras, enfatizamos que devem ser criadas as condições para a construção de estudos internacionais em Gestão/Administração no Brasil (e na América Latina) como um âmbito de pesquisa e ensino tão importante quanto às

demais áreas da Gestão/Administração, tais como estudos organizacionais e estudos em estratégia nas instituições de ensino e pesquisa de Administração. Em paralelo, devemos também desenvolver os âmbitos de RI e EPI no que tange a Gestão/Administração internacional de governos, organizações governamentais e não-governamentais e empresas estatais e privadas.

Desse modo, a contribuição deste ensaio é demonstrar que os desenvolvimentos interdisciplinares entre os campos de GI, RI e EPI são necessários para o "resto do mundo" (MIGNOLO, 2007, p. 493; TICKNER, 2013, p. 628). Isso porque além de suprimir os interesses e vozes de outros agentes como, por exemplo, os governos, GI também suprime os interesses e cala as vozes do "resto do mundo" (TICKNER, 2003b; 2013). A proposta delineada pode permitir a construção na América Latina de sub-áreas de GI que vêm sendo negadas por mecanismos de governança internacional que explicam porque um tipo específico de conhecimento (focado na firma privada e no mercado) tenha monopolizado a área de GI. A construção de sub-áreas GI na América Latina é uma das condições necessárias para tornar visível na literatura de Gestão/Administração o que tem sido mantido invisível pela literatura de GI. Dentre as sub-áreas de GI, podemos destacar: (a) gestão internacional de organizações internacionais, (b) gestão internacional de instituições transnacionais, (b) gestão internacional de redes público-privadas, (d)

gestão internacional de empresas públicas, e (e) Gestão/Administração pública internacional.

A importância crescente do campo de GI ao longo dos últimos vinte anos (WERNER, 2002) e o foco excessivo dos pesquisadores em uma determinada representação de questões "administrativas", em detrimento das questões de governança, têm relação com a predominância de uma determinada teoria de globalização - denominada de globalismo - no meio acadêmico da Gestão/Administração, extremamente voltado para os negócios de grandes corporações, principalmente nos EUA (COWLING; TOMLINSON, 2005; KEDIA, 2006; CLARK; KNOWLES, 2003; BANERJEE; LINSTED, 2001). Mas devemos registrar as dificuldades com que nos defrontamos para definir os termos "administração" e "governança", o que, até certo ponto, tem relação com as dificuldades que encontram os estudiosos de RI e EPI para estabelecer a definição de "Estado" e "nação" (HALLIDAY, 1994), ou para não separar a política da economia (STRANGE, 1970; 1992).

Com base na literatura da EPI, enfatizamos que um posicionamento de governança na América Latina deveria focar nas relações e práticas dos âmbitos político e econômico (BIELER; MORTON, 2008; LANGLEY, 2000; BROWN, 2007; STRANGE, 1994; BIERSTEKER, 1993; STOPFORD; STRANGE, 1991) das instituições transnacionais, autoridades governamentais, organizações internacionais,

organizações não-governamentais, instituições locais, assim como redes e coalizões (SKLAIR, 1995; LEVY; NEWELL, 2002; LEVY, 2008) que esses atores poderosos constituem. Mais especificamente, defendemos o argumento que o extraordinário processo de alcance e disseminação mundial dos estudos de gestão é capaz de bloquear os desenvolvimentos interdisciplinares entre esta área, RI e EPI. Este quadro põe em cheque a liderança euro-americana em GI e demanda com urgência o reconhecimento de importantes questões políticas que permanecem invisibilizadas.

Além disso, a proximidade da área de GI em relação a organizações e agentes privilegiados por RI e EPI – notadamente os governos e estados – em uma era de crescente gerencialismo, mercadização e neoliberalismo, que significa menos diversidade e pluralismo, aumenta a possibilidade de que as poderosas organizações e agentes utilizem GI em nome de determinado tipo de diversidade a fim de impor e legitimar normas, regras e políticas. Essas questões explicam porque entendemos que a perspectiva latino-americana deve ir além dos limites disciplinares estabelecidos pela Gestão/Administração. Argumentamos que o conhecimento em GI é demasiadamente importante para a região e para a construção de um mundo multipolar para continuar sendo dominada pelo mundo euro-americano.

A literatura contemporânea de GI demanda diversidade e pluralismo, não obstante o poder dos discursos de convergência apoiados em determinada teoria de globalização, mas com desprezo às influências e interesses específicos de organizações políticas e atores, tais como governos nacionais e subnacionais, organizações internacionais, organizações militares, diplomatas e estrategistas de política, sejam de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Por um lado, segundo a perspectiva latino-americana delineada neste artigo, este quadro é preocupante – em razão da importância histórica dos governos, organizações internacionais e empresas multinacionais dos EUA – no que se refere à imposição, na região, de normas, ideias, conhecimento e políticas com base naquilo que é definido como desenvolvimento para a região (STAVENHAGEN, 1974; ESCOBAR, 1985; MORTIMORE, 2000; TICKNER, 2003a). Por outro lado, o quadro também é problemático em razão da importância dos governos locais e da sociedade civil nos processos históricos de diferentes formas de resistência (WADE, 2003; SADER, 2008; LIMA; HIRST, 2006; SPENCE; SHENKIN, 2008; OTTO; BÖHM, 2006; ASSIES, 2003; QUIJANO, 2012). Essas questões permitem justificar nosso apelo de que desenvolvimentos interdisciplinares com RI e EPI sob uma perspectiva genuinamente latino-americana podem contribuir efetivamente para a construção de estudos internacionais em Gestão/Administração.

REFERÊNCIAS

ACEDO, F.; CASILLAS, J. Is international management a truly international subject? *European Journal of International Management*, Bucks, v. 1, n. 4, p. 302-314, 2007.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. Guerra fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV/EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 284-299, maio/jun. 2012.

ASHLEY, R.; WALKER, R. Conclusion: reading dissidence/writing the discipline: crisis and the question of sovereignty in international studies. *International Studies Quarterly*, Oxford, v. 34, n. 3, p. 367-416, Sep. 1990.

ASSIES, W. David versus Goliath in Cochabamba. Water rights, neo-liberalism, and the revival of social protest in Bolivia. *Latin American Perspectives*, Riverside, v. 30, n. 3, p. 14-36, May 2003.

BANERJEE, S.; LINSTED, S. Globalization, multiculturalism and other fictions: colonialism for the new millenium? *Organization*, London, v. 8, n. 4, p. 683-722, Nov. 2001.



BIELER, A.; MORTON, A. The deficits of discourse in IPE: turning base metal into gold? *International Studies Quarterly*, Oxford, v. 52, n. 1, p. 103-128, Mar. 2008.

BIERSTEKER, T. (1993). Evolving perspective on international political economy: twentieth-century contexts and discontinuities. *International Political Science Review*, London, v. 14, n. 1, p. 7-33, Jan. 1993.

BODDEWYN, J. The domain of international management. *Journal of International Management*, Oxford, v. 5, n. 1, p. 3-14, 1999.

BODDEWYN, J.; TOYNE, B.; MARTÍNEZ, Z. The meanings of "international management". *Management International Review*, Dordrecht, v. 44, n. 2, p. 195-212, 2004.

BROWN, C. Situating critical realism. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 35, n. 2, p. 409-416, 2007.

BUCKLEY, P. Is the international business research agenda running out of steam? *Journal of International Business Studies*, Basingstoke, v. 33, n. 2, p. 365-373, 2002.



BUZAN, B.; LITTLE, R. Why international relations has failed as an intellectual project and what to do about it. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 30, n. 1, p. 19-39, 2001.

CHILD, J. The international crisis of confidence in corporations. *Academy of Management Executive*, Briarcliff Manor, v. 16, n. 3, p. 145-147, Aug. 2002.

CLARK, T.; KNOWLES, L. Global myopia: globalization theory in International Business. *Journal of International Management*, Kidlington, v. 9, n. 2, p. 361-372, 2003.

CLARK, W.; DEMIRAG, I. Enron: the failure of corporate governance. *Journal of Corporate Citizenship*, Sheffield, v. 2, n. 8, p. 105-122, Winter 2002.

CLEGG, S.; CARTER, C. The sociology of global organizations. In: RITZER, G. (Ed.) *The Blackwell companion to globalization*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 272-290.

CLEGG, S.; IBARRA-COLADO, E.; BUENO-RODRIGUES, L. (Ed.) *Global management – universal theories and local realities*. London: Sage, 1999. 320 p.

CONTRACTOR, F. The raisons d'être for international management as a field of study. *Journal of International Management*, Kidlington, v. 6, n. 1, p. 3-10, 2000.



COOKE, B. O gerenciamento do (terceiro) mundo. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 62-75, jul./set. 2004.

COWLING, K.; TOMLINSON, P. Globalization and corporate power. *Contributions to Political Economy*, Oxford, v. 24, p. 33-54, 2005.

COX, R. "The International" in Evolution. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 35, n. 3, p. 513-527, 2007.

COX, M. Rebels without a cause? Radical theorists and the world system after the Cold War. *New Political Economy*, Abingdon, v. 3, n. 3, p. 445-460, Nov. 1998.

COX, R. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

CROUCH, C. *The strange non-death of neoliberalism*. Cambridge: Polity Press, 2011. 224 p.

DAR, S.; COOKE, B. *The new development management: critiquing the dual modernization*. London: Zed Books, 2008. 245 p.



DUNNING, J. Is global capitalism morally defensible? Contributions to Political Economy, Oxford, v. 24, p. 135-151, 2005.

DUNNING, J. The key literature on IB activities: 1960-2000. In: RUGMAN, A.; BREWER, T. (Ed.). The Oxford handbook of international business. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 36-68.

DUNNING, J. An overview of relations with national governments. New Political Economy, Abingdon, v. 3, n. 2, p. 280-284, July 1998.

EL-OJEILI, C.; HAYDEN, P. Critical theories of globalization: an introduction. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006. 272 p.

ESCOBAR, A. Beyond the Third World: imperial globality, global coloniality and anti-globalization social movements. Third World Quarterly, Abingdon, v. 25, n. 1, p. 207-230, Feb. 2004.

ESCOBAR, A. Power and visibility: development and the invention and management of the Third World. Cultural Anthropology, Oxford, v. 3, n. 4, p. 428-443, Nov. 1988.

ESCOBAR, A. Discourse and power: Michel Foucault and the relevance of his work for the Third World. *Alternatives*, Thousand Oaks, v. 10, n. 3, p. 377-400, July 1985.

FARIA, A.; IBARRA-COLADO, E.; GUEDES, A. Internationalization of management, neoliberalism and the Latin America challenge. *Critical Perspectives on International Business*, Bingley, v. 6, n. 2/3, p. 97-115, 2010.

FERES, J. A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos. São Paulo: Edusc, 2005. 320 p.

FRIEDMAN, T. *The world is flat: a brief history of the twenty-first Century*. New York: Farrar: Straus and Giroux, 2005. 488 p.

GHOSHAL, S.; MORAN, P. Bad for practice: a critique of the transaction cost theory. *Academy of Management Review*, Briarcliff Manor, v. 21, n. 1, p. 13-48, Jan. 1996.

GHOSHAL, S.; WESTNEY, E. (Ed.). *Organization theory and the multinational corporation*. 2. ed. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2005. 360 p.

GILPIN, R. *Global political economy*. Princeton: Princeton University Press, 2001. 416 p.



GOURGOURIS, S. Lessons in secular criticism. New York: Fordham University Press, 2013. 216 p.

GROSSE, R. (Ed.). International business and government relations in the 21st century. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. 542 p.

GUEDES, A. L. M. Negócios internacionais e gestão internacional: evolução do campo teórico. In: OLIVEIRA JUNIOR, M. (Org.) Multinacionais brasileiras: estratégias na internacionalização de empresas. São Paulo: Bookman, 2010. p. 21-38.

GUEDES, A.; FARIA, A. (Ed.) International management and international relations: a critical perspective from Latin America. London: Routledge, 2010. 272 p.

GUEDES, A., FARIA, A. International management in Brazil: an international and interdisciplinary perspective: In: TSANG, D.; KAZEROONY, H. H.; ELLIS, G. (Ed.) The Routledge companion to international management education. London, New York : Routledge, 2013, p. 127-141.

GUEDES, A. L., WANDERLEY, S., FARIA, A. Governança e gestão internacional: investimentos e participações acionárias no contexto luso-brasileiro. In: QUEIROZ, A. C.; SILVA, J. R. (Eds.). Desafios económicos e gerenciais das relações luso-brasileiras. Lisboa : Colibri, 2013, p. 95-112.

GUZZINI, S. The enduring dilemmas of realism in international relations. *European Journal of International Relations*, London, v. 10, n. 4, p. 533-568, Dec. 2004.

HALLIDAY, F. Rethinking international relations. London: MacMillan Press, 1994. 290 p.

HOLLIS, M.; SMITH, S. Explaining and understanding international relations. Oxford: Clarendon, 1991. 240 p.

HURRELL, A. On global order. Oxford: Oxford University, 2006. 336 p.

IBARRA-COLADO, E. Neoliberal globe/centrism and international management blindness: the indispensable decolonial turn. In: GUEDES, A.; FARIA, A. (Ed.) *International management and international relations: a critical perspective from Latin America*. New York: Routledge, 2010. p. 29-60.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, London, v. 13, n. 4, p. 489-508, July 2006.

JACK, G., CALÁS, M.; NKOMO, S.; PELTONEN, T. Critique and international management: an uneasy relationship? *Academy of Management Review*, Briarcliff Manor, v. 33, n. 4, p. 870-884, Oct. 2008.

JACK, G.; ZHU, Y.; BARNEY, J.; BRANNEN, M.; PRICHARD, C.; SINGH, K.; WHETTEN, D. Refining, reinforcing and reimagining universal and indigenous theory development in international management. *Journal of Management Inquiry*, Thousand Oaks, v. 21, n. 4, p. 1-17, Oct. 2012.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. Introduction to international relations. Oxford: Oxford University Press, 1999. 384 p.

JAMES, H. Globalization, empire and natural law. *International Affairs*, Oxford, v. 84, n. 3, p. 421-436, May 2008.

JENKINS, R. Globalization, corporate social responsibility and poverty. *International Affairs*, Oxford, v. 81, n. 3, p. 225-240, May 2005.



KEDIA, B. Globalization and the future of international management. *Journal of International Management*, Kidlington, v. 12, n. 2, p. 242-245, June 2006.

KIESER, A. The americanization of academic management education in Germany. *Journal of Management Inquiry*, Thousand Oaks, v. 13, n. 2, p. 90-97, June 2004.

KISSACK, R.; KOIVISTO, M.; WASTL, F. Editor's introduction. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 35, n. 3, p. i-iii, 2007.

LAWTON, T.; ROSENAU, J.; VERDUN, A. C. (Ed.). *Strange power: shaping the parameters of international relations and international political economy*. Aldershot: Ashgate, 2000. 453 p.

LEVY, D. Political contestation in global production networks. *Academy of Management Review*, Briarcliff Manor, v. 33, n. 4, p. 943-964, Oct. 2008.

LEVY, D.; NEWELL, P. Business strategy and international environmental governance: toward a neo-gramscian synthesis. *Global Environmental Politics*, Cambridge, v. 2, n. 4, p. 84-101, Nov. 2002.

LEVY, D.; PRAKASH, A. Bargains old and new: multinational corporations in global governance. *Business & Politics*, Berlin, v. 5, n. 2, p. 131-150, Aug. 2003.

LIMA, M.; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, Oxford, v. 82, n. 1, p. 21-40, Jan. 2006.

MIGNOLO, W. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. London: Duke University Press, 2011. 458 p.

MIGNOLO, W. Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda, e a opção descolonial. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, maio/ago. 2008.

MIGNOLO, W. The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, London, v. 21, n. 2, p. 449-514, Mar./May 2007.

MORGAN, G. International business and multinationals: a critical management approach. In: *ACADEMY OF MANAGEMENT ANNUAL MEETING, 63th*, 2003, Seattle. *Proceedings...* Seattle: AOM, 2003.

MORTIMORE, M. Corporate strategies for FDI in the context of Latin America's new economic model. *World Development*, Kidlington, v. 28, n. 9, p. 1611-1626, Sep. 2000.

MURPHY, J.; ZHU, J. Neo-colonialism in the academy? Anglo-American domination in management journals. *Organization*, London, v. 19, n. 6, p. 915-927, Nov. 2012.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. Teorias das relações internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 264 p.

OTTO, B.; BÖHM, S. The people and resistance against international business: the case of the Bolivian water war. *Critical Perspectives on International Business*, Bingley, v. 2, n. 4, p. 299-320, 2006.

PARMAR, I. Foundations of the American Century: the Ford, Carnegie, & Rockefeller foundations in the rise of American power. New York: Columbia University Press, 2012. 368 p.

PIETERSE, J. Global rebalancing: crisis and the east-south turn. *Development and Change*, Oxford, v. 42, n. 1, p. 22-48, Jan. 2011.

QUIJANO, A. Bien vivir: Entre el desarrollo y la des/colonialidad del poder. Viento Sur, Bilbao, n. 122, p. 46-56, Mayo 2012.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. Cultural Studies, London, v. 21, n. 2, p.168-178, Mar./May 2007.

RAMAMURTI, R. Developing countries and MNEs: extending and enriching the research agenda. Journal of International Business Studies, Basingstoke, v. 35, n. 4, p. 277-283, July 2004.

RANGAN, S. The unending embrace: Raymond Vernon, multinational enterprises, and national governments. Journal of International Management, Kidlington, v. 6, n. 4, p. 327-334, 2000.

ROSENAU, J. Along the domestic-foreign frontier: exploring governance in a turbulent world. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 488 p.

SADER, E. Postneoliberalism in Latin America. Development Dialogue, Uppsala, n. 51, p. 171-180, 2009.

SADER, E. The weakest link? Neoliberalism in Latin America. *New Left Review*, London, n. 52, p. 5-18, July/Aug. 2008.

SANTOS, B. S. Globalizations. *Theory, Culture & Society*, London, v. 23, n. 2-3, p. 393-399, May 2006.

SANTOS, T. Globalization, emerging powers, and the future of capitalism. *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks, v. 38, n. 1, p. 45-57, Jan. 2011.

SHENKAR, O. One more time: international business in a global economy. *Journal of International Business Studies*, Basingstoke, v. 35, n. 2, p. 161-171, Mar. 2004.

SKLAIR, L. *Globalization: capitalism and its alternatives*. Oxford: Oxford University, 2002. 392 p.

SKLAIR, L. *The transnational capitalist class*. Oxford: Blackwell, 2001. 352 p.

SKLAIR, L. As political actors. *New Political Economy*, London, v. 3, n. 2, p. 284-287, Oct. 1998.

SKLAIR, L. *Sociology of the global system*. 2. ed. Hemel Hempstead: Harvester, 1995. 352 p.



SMITH, S. The discipline of international relations: still an American social science? *British Journal of Politics & International Relations*, Oxford, v. 2, n. 3, p. 374-402, Oct. 2000.

SORENSEN, G. Liberalism of restraint and liberalism of imposition: liberal values and world order in the new. Millennium: *Journal of International Studies*, London, v. 20, n. 3, p. 251-272, 2006.

STAVENHAGEN, R. The future of Latin America: between underdevelopment and revolution. *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks, v. 1, n. 1, p. 124-148, Mar. 1974.

STIGLITZ, J. *Globalization and its discontents*. New York: W.W Norton, 2002. 304 p.

STOPFORD, J.; STRANGE, S. *Rival states and rival firms: competition for world market shares*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. 336 p.

STRANGE, S. *The retreat of the state*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 235 p.

STRANGE, S. *States and markets*. 2. ed. London: Pinter Publishers, 1994. 280 p.

STRANGE, S. States, firms and diplomacy. *International Affairs*, Oxford, v. 68, n. 1, p. 1-15, Jan. 1992.

STRANGE, S. Big business and the State. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 20, n. 2, p. 245-250, 1991.

STRANGE, S. International economics and international relations: a case of mutual neglect. *International Affairs*, Oxford, v. 46, n. 2, p. 304-215, Apr. 1970.

TANURE, B. Gestão à brasileira: somos ou não diferentes? Uma comparação com a América Latina, Estados Unidos, Europa e Ásia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 142 p.

TICKNER, A. Core, periphery and (neo)imperialist International Relations. *European Journal of International Relations*, London, v. 19, n. 3, p. 627-646, Sep. 2013.

TICKNER, A. Seeing IR differently: notes from the Third World. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 32, n. 2, p. 295-324, 2003a.

TICKNER, A. Hearing Latin American voices in international relations studies. *International Studies Perspectives*, Oxford, v. 4, n. 4, p. 325-350, Nov. 2003b.

TICKNER, A.; BLANEY, D. (Ed.). Thinking international relations differently. London: Routledge, 2012. 368 p.

TICKNER, A.; WAEVER, O. International relations scholarship around the world. London: Routledge, 2009. 368 p.

VAN EVERA, S. A farewell to geopolitics. In: LEFFLER, M.; LEGRO, M. (Ed.) To lead the world American strategy after the bush doctrine. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 11-35.

VENTURA, D; MIOLA, I. Os efeitos da transnacionalização sobre a governança regional: o caso da conflituosa implantação da indústria de celulose no cone sul da América. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 391-427, set./dez. 2009.

VERNON, R. In the hurricane's eye: the trouble prospects of multinational enterprises. Boston: Harvard University Press, 1998. 288 p.

VOGEL, D. Power of business in America: a re-appraisal. British Journal of Political Science, Cambridge, v. 13, n. 1, p. 19-43, Jan. 1983.

WADE, R. What strategies are viable for developing countries today? The world trade organization and the shrinking of 'development space'. *Review of International Political Economy*, Abingdon, v. 10, n. 4, p. 621-644, Nov. 2003.

WAEVER, O. The sociology of a not so international discipline: American and European developments in international relations. *International Organization*, Cambridge, v. 52, n. 4, p. 687-727, Autumn 1998.

WALTER, A. Do they really rule the world? *New Political Economy*, Abingdon, v. 3, n. 2, p. 288-292, July 1998.

WERNER, S. Recent developments in international management research: a review of 20 top management journals. *Journal of Management*, Oxford, v. 28, n. 3, p. 277-305, 2002.

WESTWOOD, R.; JACK, G. The US commercial-military-political complex and the emergence of international business and management studies. *Critical Perspectives on International Business*, Bingley, v. 4, n. 4, p. 367-388, 2008.

Por que construir uma área de estudos internacionais em gestão/administração?

Resumo

Este ensaio argumenta que a área de gestão internacional (GI) deve contemplar dimensões de governança internacional mediante desenvolvimentos interdisciplinares com relações internacionais (RI) e economia política internacional (EPI). Pertencentes ao campo de estudos internacionais, ambas desafiam o mercado-centrismo dominante em GI e problematizam o crescente poder das corporações, das organizações internacionais e dos Estados na produção e consumo do conhecimento. Sugerimos a construção do âmbito de estudos internacionais em Gestão/Administração na América Latina, o que requer a constituição de sub-áreas de GI como condição para tornar visível na literatura de Gestão/Administração o que tem sido mantido invisível pela literatura de GI e para a "crítica e a visão na direção de um mundo em que diversos mundos possam co-existir" (MIGNOLO, 2007, p. 463). Dentre as sub-áreas de GI, destacamos: (a) gestão internacional de organizações internacionais governamentais, (b) gestão internacional de organizações não-governamentais internacionais, (c) gestão internacional de redes público-privadas, (d) gestão internacional de empresas públicas, e (e) Gestão/Administração pública internacional.

Palavras-chave

Gestão internacional. Estudos internacionais. Organizações.



Why to develop an area of international studies in management/administration?

Abstract

This essay argues that the area of international management (IM) has to contemplate dimensions of international governance through interdisciplinary developments with international relations (IR) and international political economy (IPE). Both challenge the market-centrism predominant in IM and problematize the growing power of corporations, international organizations and of states in the production and consumption of knowledge. We suggest the development of international studies in management/administration in Latin America, which requires the constitution of sub-areas of IM as a condition to turn visible in the management/administration literature what has been kept invisible in the IM literature and to "a critique and the vision toward a world in which many worlds can co-exist" (MIGNOLO, 2007, p. 463). Among the sub-areas of IM, we highlight: (a) international management of international governmental organizations, (b) international management of non-governmental organizations, (c) international management of public-private networks, (d) international management of public companies, and (e) international public management/administration.

Keywords

International management. International studies. Organizations.



¿Por qué construir una área de estudios internacionales en gestión/administración?

Resumen

Este ensayo argumenta que el área de gestión internacional (GI) debe contemplar dimensiones de gobernanza internacional por medio de desarrollos interdisciplinarios con relaciones internacionales (RI) y economía política internacional (EPI). Pertenecientes al campo de estudios internacionales, ambas desafían el mercado-centrismo dominante en GI y problematizan el poder creciente de las corporaciones, de las organizaciones internacionales y de los Estados en la producción y consumo del conocimiento. Con esta perspectiva interdisciplinaria sugerimos la construcción del ámbito de estudios internacionales en gestión/administración en América Latina, la condición para que sea visible en la literatura de gestión/administración lo que ha sido mantenido invisible por la literatura de GI y para "la crítica y visión de un mundo en que muchos mundos puedan coexistir." (MIGNOLO, 2007, p. 463) Dentro de las sub-áreas de GI, destacamos: (a) gestión internacional de organizaciones internacionales gubernamentales, (b) gestión internacional de organizaciones no gubernamentales internacionales, (c) gestión internacional de redes público-privadas, (d) gestión internacional de empresas públicas, y (e) gestión/administración pública internacional.

Palabras-clave

Gestión internacional. Estudios internacionales. Organizaciones.



Autoria

Ana Lucia Guedes

Ph.D. em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science. Professora Adjunta da Universidade do Grande Rio. E-mail: almguedes@gmail.com.

Alexandre Faria

Ph.D. em Industrial and Business Studies pela University of Warwick. Professor Adjunto da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas. E-mail: alex.faria@fgv.br.

Endereço para correspondência

Ana Lucia Guedes. Universidade do Grande Rio, Programa de Pós-Graduação em Administração. Rua da Lapa, 86, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20021-180. Telefone: (+55 21) 25318804.

Como citar esta contribuição

GUEDES, A. L.; FARIA, A. Por que construir uma área de estudos internacionais em gestão/administração? Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 225-282, abr. 2015.



Contribuição Submetida em 30 ago. 2014. Aprovada em 7 nov. 2014. Publicada online em 10 fev. 2015. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 2 | N. 3 | ABRIL | 2015 | ISSN: 2358-6311